



A Luta Continua? Dinâmicas de Inclusão e Exclusão Política em Moçambique¹

Natália Bueno²

Roberta Holanda Maschietto³

Borges Nhamirre⁴

RESUMO

Ao longo dos 50 anos de independência, Moçambique esteve imerso em períodos prolongados de guerra ou sob um frágil e instável “calar das armas”. Nesse cenário, impõe-se a necessidade de refletir sobre os caminhos trilhados na construção do Estado moçambicano, bem como sobre os contornos assumidos pela democracia e pela paz ao longo dessas cinco décadas. Em particular, revisitamos a história do país dividindo-a em quatro grandes períodos – 1975-1992; 1992-2012; 2012-2019; 2019-presente – com o intuito de analisar em que medida “a luta de todos para todos” tornou-se realidade. Construimos tal análise com base em uma extensa revisão de literatura, experiência acumulada de pesquisa empírica no país e fontes documentais como notícias de jornais e documentos oficiais do governo e de organismos internacionais. Deste estudo depreende-se que a construção do Estado em Moçambique foi realizada de modo a estabelecer e consolidar padrões de exclusão política, garantindo a permanência no poder do partido dominante, a Frelimo. Sustenta-se, assim, que a exclusão constitui um traço estrutural e persistente na história moçambicana pós-independência.

Palavras-chave: independência; Moçambique; democracia; inclusão; paz

¹ Parte deste artigo tem como base pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto REINTEGRA – “Reviewing the impact of amnesty in the reintegration of ex-combatants: A bottom-up view of the case of Mozambique” (2022.00657.CEECIND), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Dedicamos este artigo ao nosso querido amigo e mentor Professor Bernhard Weimer, que nos deixou esse ano. Além de um grande especialista em questões diversas sobre Moçambique, principalmente nas questões ligadas à descentralização política, Bernhard foi uma fonte de inspiração pela sua generosidade intelectual e pessoal, além de sua incansável disposição para estudar e compreender o país que tanto amava, Moçambique.

² Natália Bueno é pesquisadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Atualmente, trabalha no projeto REINTEGRA. É autora do livro *Reconciliation Operationalized in Mozambique Charting Inclusion, Truth, and Justice, 1992-2022*. E-mail: nataliabueno@ces.uc.pt.

³ Roberta Holanda Maschietto, Centro de Estudos em Conflito e Paz - CCP/NUPRI, Universidade de São Paulo, é pesquisadora na área de Estudos em Conflito e Paz, com especialidade em Moçambique e Timor-Leste. É editora associada da CEBRI-Revista, autora do livro *Beyond Peacebuilding. The Challenges of Empowerment Promotion in Mozambique* (Palgrave Macmillan, 2016) e co-organizadora do livro *Estudos para a Paz. Perspectivas Brasileiras* (Editora Blimunda, 2024). E-mail: rhmaschietto@gmail.com.

⁴ Borges Nhamirre, Queen's University Belfast (QUB), é estudante de PhD em Identidade e Conflito na School of History, Anthropology, Philosophy and Politics (HAPP) da QUB e pesquisador no Institute for Security Studies Africa (ISS Africa), Pretória. E-mail: bnamirre01@qub.ac.uk.



Introdução

Dentre os inúmeros exemplos, o discurso de Joaquim Chissano na ocasião da celebração dos 15 anos da independência é bastante representativo da narrativa construída pela Frelimo e reproduzida nos últimos cinquenta anos. Depois de salientar o feito popular durante a luta de libertação contra o colonialismo português, Chissano sublinha:

Hoje temos a igual sensação, a luta contra a desestabilização é levada a cabo pelo povo e é dirigida pelo povo, a luta pela paz é levada a cabo pelo povo e é dirigida pelo povo, a luta pelo desenvolvimento económico e social é levada a cabo pelo povo e dirigida pelo povo, a luta pela correção dos erros, das insuficiências, pelo aperfeiçoamento do trabalho é levada pelo povo, por isso hoje como ontem podemos gritar com a certeza na vitória que a luta continua. A vitória está ganha porque é o nosso povo que vai determinar o seu futuro.⁵

Ao fazer referência à guerra que o governo da Frelimo ainda travava contra a Renamo e assim era caracterizada como uma guerra de desestabilização, Chissano retoma a velha lógica do “inimigo”, na qual a Renamo assume o papel principal, substituindo o colonialismo português, o racismo da Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e o racismo da África do Sul. Ainda, poder-se-ia argumentar que o discurso de Chissano compõe aquilo que, numa perspectiva mais alargada, serviu como base fundacional das lógicas de construção do Estado moçambicano, ao lado dos processos inerentes de construção da legitimidade política e de democratização do país. Apesar dos muitos apelos à unidade nacional, paz e reconciliação nacional, tais processos, como objetivamos delinear no presente texto, foram maioritariamente marcados por dinâmicas excludentes, contrariando a tão ensejada “luta de todos para todos”, que em sua versão revolucionária motivava-se pela construção de uma nação inclusiva que superasse as divisões étnicas, regionais e de classe, além da superação de toda e qualquer forma de exploração.

O papel da inclusão na consolidação da democracia e da justiça social tem sido amplamente debatido em diversos campos disciplinares.⁶ Nos estudos sobre

⁵ NOTÍCIAS. “Na Luta pela Paz Não Deve Haver Hesitação,” 26 de junho de 1990.

⁶ YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000; BELL, Christine; O’ROURKE, Catherine. The people’s peace? Peace agreements, civil society, and participatory democracy. *International Political Science Review*, v. 28, n. 3, p. 293–324, 2007; SØRENSEN, Georg.



desenvolvimento, a inclusão é frequentemente analisada pelo seu oposto, a exclusão social, e a partir da necessidade de se combater a pobreza e as assimetrias sociais.⁷ No âmbito da democracia, a ideia de inclusão está essencialmente associada à existência de espaços para visões discordantes, mais especificamente, o reconhecimento e consideração de visões distintas, consolidadas na formação de partidos democráticos com agendas divergentes. O voto livre seria o pilar para garantir essa ampla representatividade.

Entretanto, como vários estudos e relatórios nos últimos anos têm apontado, a mera existência de instituições democráticas, particularmente a realização de eleições multipartidárias não tem se traduzido necessariamente num processo mais amplo de inclusão, seja político, seja socioeconômico. Como destaca Iris Marion Young,⁸ a igualdade no voto é apenas uma condição mínima de igualdade política e, assim, de inclusão. Ao contrário, a inclusão vai além do direito ao voto, abrangendo formas mais profundas de participação política, como a escuta de vozes marginalizadas, a valorização de diferentes formas de comunicação (como narrativa, retórica e saudação pública), a representação de grupos sociais diferenciados e o reconhecimento das desigualdades estruturais e culturais. Como destacamos a seguir, esses elementos são cruciais para pensar o caso de Moçambique ao longo desses 50 anos de independência. Ademais, é importante também pensar a inclusão a partir de uma perspectiva multidimensional. Por essa ótica, aspectos políticos e materiais são eminentemente entrelaçados e não podem ser compreendidos separadamente das dinâmicas de exclusão e assimetrias econômicas, sociais e políticas que perpassam a formação dos Estados e das próprias relações internacionais.⁹

Nesse artigo, argumentamos que a construção do Estado em Moçambique foi conduzida de forma a criar e engessar padrões de exclusão política de modo que apenas o partido dominante, a Frelimo, se mantivesse no poder. Para tanto, foram

Democracy and Democratization: Processes and Prospects in a Changing World. 3rd ed. Boulder: Westview Press, 2008.

⁷ KOEHLER, Gabriele, et al., eds. *The Politics of Social Inclusion: Bridging Knowledge and Policies towards Social Change*. Paris: UNESCO; Bergen: CROP; Stuttgart: Ibidem Press, 2020.

⁸ YOUNG, 2000.

⁹ KOEHLER et al., 2020, p. 15.



utilizados instrumentos variados, que incluem desde a utilização e a reprodução de retóricas e narrativas que destacam a primazia do partido na independência e na construção do Estado (em detrimento de outros atores, deslegitimados), o uso de repressão direta no caso de contestações a esses discursos, até a captação da economia por parte da elite da Frelimo, contribuindo, assim, para o fortalecimento do domínio e da capacidade da Frelimo de manter-se no poder.¹⁰ Para a construção desta análise, baseamo-nos em uma extensa revisão de literatura, experiência acumulada de pesquisa empírica no país e fontes documentais como notícias de jornais e documentos oficiais do governo e de organismos internacionais.

Para além da introdução, o presente trabalho inclui cinco seções adicionais: quatro analíticas e uma conclusão. Enquanto na conclusão resumimos a ideia geral do texto, dividimos as seções analíticas em diferentes períodos históricos como marcos temporais importantes do nosso objeto de análise. A primeira parte reflete sobre o processo de libertação colonial, independência e construção do Estado acompanhado de uma guerra prolongada que colocava em disputa o processo de legitimação do Estado. Embora a ênfase seja o período de 1975 a 1992, a reflexão se estende aos anos 1960, para compreender a própria formação da Frelimo e as dinâmicas da luta de libertação que pautaram muitas das contradições que se perpetuaram no processo de formação do Estado após a independência. É neste período que muitas das dinâmicas excludentes dos períodos que se seguem são semeadas. Na segunda parte, olhamos para os anos de 1992 a 2012, as décadas do chamado “calar das armas.” O cansaço da guerra dá lugar à esperança da inclusão sem armas com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Uma análise crítica, no entanto, mostra que apesar de alguns avanços, as

¹⁰ Dentre outros, consideramos as reflexões de: MORIER-GENOUD, E. *Mozambique since 1989: Shaping democracy after socialism*. In: MUSTAPHA, A. R.; WHITFIELD, L. (orgs.). *Turning Points in African Democracy*. Suffolk: James Currey, 2009. p. 153-166; BORGES COELHO, João Paulo. "Politics and Contemporary History in Mozambique: A Set of Epistemological Notes." *Kronos* 39, n. 1 (2013): 10-19; MASCHIETTO, Roberta H. *Beyond Peacebuilding: The Challenges of Empowerment Promotion in Mozambique*. Cham: Palgrave Macmillan, 2016; BUENO, Natália. Different Mechanisms, Same Result: Remembering the Liberation War in Mozambique. *Memory Studies* 14, n. 5 (2021): 1018-34, <https://doi.org/10.1177/1750698021995993>; WEIMER, Bernhard (org.). *Moçambique: Descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados*. Maputo: IESE, 2012; WEIMER, Bernhard. O “novo paradigma” da descentralização em Moçambique: Atualização da análise de economia política. Maputo: Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação SDC, 2021.



dinâmicas excludentes não foram superadas; pelo contrário, se transformaram ou se aprofundaram. Na terceira parte, analisamos os anos de 2012 a 2019, período em que a agudização das dinâmicas excludentes se materializa com a retomada do conflito armado, e desta vez não com o objetivo de deslegitimar o Estado, mas de forçar negociações e acordos políticos para uma maior inclusão da oposição, no caso a Renamo. Dedicamos a quarta seção aos acontecimentos dos últimos anos desde a assinatura do último acordo de paz assinado em 2019, o chamado Acordo de Maputo. Em particular, este acordo se propôs a lidar com questões ainda não resolvidas desde o AGP e, neste sentido, discutimos em que medida foi bem-sucedido ou não. Por fim, na parte final resumimos o argumento e deixamos algumas possíveis notas para o futuro.

1975-1992: Construindo o Estado e disputando a legitimidade

Em 25 de junho de 1975, Moçambique obteve formalmente a sua independência de Portugal. O processo que levou à conquista da independência foi longo e violento, marcado por inúmeras formas de resistência à opressão colonial, muitas das quais de longe antecederam a formação da Frelimo¹¹. Um marco das expressões de resistência foi a Revolta de Barué, em 1917, desencadeada após o recrutamento de africanos locais pelos portugueses para integrar o exército e lutar na Primeira Guerra Mundial. De composição multiétnica, ela foi mobilizada e liderada por médiuns espirituais locais e durou três anos.¹² Seguiram-se inúmeras formas de resistência ao colonialismo, que incluíram ações tão distintas quanto evasão de taxas, fugas, sabotagens como a torra de sementes usadas para o plantio forçado, greves nas regiões urbanas, dentre muitas outras.¹³ Entretanto, até a década de 1960 essas

¹¹ 12 caixas inéditas recentemente descobertas no arquivo da Torre do Tombo em Lisboa guardam o passado negro da PIDE em Moçambique. Ainda por serem detalhadas numa série de 8 artigos, a primeira reportagem noticiada pelo jornal Público no dia 22 de junho conta que após o 25 de abril em Portugal foi criada uma comissão de apuramento e responsabilidades criminais da ex-PIDE/DGS que investigou os horrores praticados contra a população moçambicana durante 1964-1974, disponível em: <https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/crimes-pide-dgs-mocambique-provas-violencia-terror>.

¹² NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

¹³ MUNSLOW, Barry. *Mozambique: The Revolution and Its Origins*. London; Nova York; Lagos: Longman, 1983.



expressões de resistência eram dispersas e não coordenadas. Além disso, ainda que tivessem como ponto comum a rejeição ao regime colonial, nem todos esses movimentos representavam uma rejeição ao sistema de exploração em si; em vez disso, muitas vezes refletiam os esforços da classe dirigente tradicional para manter seu próprio poder.¹⁴

A Frelimo alterou esse cenário. A Frente foi criada em 1962 em Dar es Salaam, na Tanzânia, a partir da fusão de diferentes movimentos emergentes, incluindo a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (Unami), cada uma com base em diferentes regiões do território. O primeiro líder da Frelimo foi Eduardo Mondlane, um funcionário das Nações Unidas formado nos Estados Unidos, comprometido com a luta nacional tanto no plano interno quanto internacional.

Diferentemente dos outros movimentos, e devido a esse processo de fusão, a Frelimo constituiu-se como uma aliança de diferentes estratos sociais, incluindo trabalhadores, camponeses e pequena burguesia. Ao mesmo tempo, estabelecia um inimigo comum, o colonialismo, e a vontade de alcançar a independência.¹⁵ Essa união estratégica, no entanto, não impediu o surgimento de uma série de tensões internas, visíveis desde os primeiros dias da criação da frente, em especial, desacordos sobre como alcançar a independência (diálogo político *versus* luta armada) e sobre que tipo de país seria construído posteriormente¹⁶ — desafios que persistiram mesmo após o início da luta anticolonial unificada, ressaltando como a criação de uma identidade moçambicana foi um projeto tensionado.

Epítome dessa divisão foi a tensão entre Lázaro Nkavandame, então chefe do Departamento de Organização Interna em Cabo Delgado, e a liderança central da Frelimo, então sob a liderança de Mondlane em meados dos anos 1960. Nkavandame

¹⁴ MUNSLOW, 1983.

¹⁵ Ibid.; EGERÖ, B. *Moçambique: os Primeiros Dez Anos da Construção da Democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992.

¹⁶ Ibid.; ISAACMAN, Allen, e Barbara ISAACMAN. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900–1982*. Boulder: Westview Press; Aldershot: G. Gower, 1983.



recorreu a um discurso que reforçava as diferenças étnicas — reforçando o papel do povo Makonde na luta armada — e acusando a Frelimo de concentrar a maioria de seus líderes no sul de Moçambique. Essa tensão escalou após o Segundo Congresso da Frelimo, em setembro de 1968, quando a maioria dentro do Movimento reforçou seu caráter revolucionário.¹⁷ Em 1969, Nkavandame foi expulso da Frelimo. Poucos meses depois, Eduardo Mondlane foi assassinado por uma bomba enviada em um pacote ao seu escritório em Dar es Salaam. A escolha subsequente de Samora Machel como novo presidente reforçou a vitória da ala radical.¹⁸

Ainda que anteceda a independência, a relevância desse episódio reside em demonstrar algumas das contradições fundamentais subjacentes à agenda da Frelimo, e que, em diferentes graus, perpassam a guerra que se seguiu logo após a independência. De um lado, como destacado no início deste artigo, o objetivo central da Frelimo consistia em construir sua legitimidade a partir de sua base popular e de uma agenda de caráter supostamente emancipatório, fundamentada no diálogo constante entre membros do partido e a população. Isso se refletiu na implementação de inúmeras iniciativas voltadas para a democratização da saúde e da educação nos territórios libertados durante a luta anticolonial e, depois, nos primeiros anos da independência.¹⁹ Ao mesmo tempo, esse discurso carregava também uma dimensão oposta, ancorada na visão de modernização e de construção do “homem novo” e que se chocava diretamente com valores e práticas tradicionais existentes.²⁰ Observa-se, portanto, uma dimensão dialética entre uma plataforma baseada numa visão popular e emancipadora, de um lado, e a implementação dessa agenda, que, em essência, apresentava uma dimensão de apagamento e supressão do que era visto como ‘tradicional’ e ‘ultrapassado’ e, portanto, obstáculo ao processo de engenharia social

¹⁷ Ibid.; HALL, Margaret; YOUNG, Tom. *Confronting Leviathan: Mozambique since independence*. London: Hurst and Company, 1997.

¹⁸ HALL & YOUNG, 1997.

¹⁹ ISACMAN & ISAACMAN, 1992; MUNSLOW, 1983.

²⁰ CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: UNESP, 2009.



que levaria à construção de um Moçambique moderno.²¹ É nesse contexto que podemos compreender o processo de construção do Estado a partir de 1975.

Primeiramente, a própria transição para a independência foi marcada por um processo violento de exclusão de opositores. Ainda que a Frelimo fosse o movimento de maior base e central na luta anticolonial, existiam vozes dissidentes dentro de Moçambique que esperavam que a independência levasse a um processo de escolha do novo governo. Oficialmente, Portugal não estava disposto a reconhecer a Frelimo como representante legítima do povo moçambicano; entretanto, em uma reunião secreta em Dar es Salaam, Portugal reconheceu a Frelimo por meio da assinatura de um protocolo confidencial, o que levou, subsequentemente, à transferência progressiva do poder político e militar para a Frelimo, além de fornecer o fundamento jurídico para a transição. O dia oficial da independência foi celebrado em 25 de junho de 1975 (aniversário da fundação da Frelimo).²²

A reivindicação da Frelimo de ser a única representante legítima de Moçambique gerou forte oposição não apenas entre os colonos brancos, mas também entre muitos moçambicanos negros e grupos de oposição, que contestaram o acordo firmado entre Portugal e a Frelimo. Após o golpe de Estado em Portugal, muitos desses opositores se reuniram para formar o Partido da Coligação Nacional e exigiram a realização de eleições após a independência. Como isso não ocorreu, confrontos aconteceram antes e depois do início do governo de transição. Esses conflitos, no entanto, foram rapidamente reprimidos pela Frelimo. Os líderes da oposição foram presos e enviados a campos de reeducação, e a Frelimo banuiu todos os partidos de oposição.²³ Dentre outros exemplos de movimentos que refletiam a efervescência política vivida no país naquele contexto estava, por exemplo, movimentos como o

²¹ MASCHIETTO, 2016.

²² HALL & YOUNG, 1997; MUNSLOW, 1983.

²³ HALL & YOUNG, 1997; MANNING, Carrie. *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000*. Westport: Praeger, 2002; MACHAVA, Benedito Luís. 2025. *The Morality of Revolution: Reeducation Camps and the Politics of Punishment in Socialist Mozambique, 1968-1990*. Athens, Ohio: Ohio University Press.



Grupo Unido de Moçambique (GUMO), liderado por Máximo Dias e Joana Simeão²⁴. Joana Simeão foi perseguida e silenciada; um exemplo clássico desses processos de banimento e exclusão.

Para além dessa supressão imediata de dissidências políticas, que levou à construção de um sistema unipartidário, a exclusão política se deu de forma mais difusa e capilarizada, consolidando-se como prática sistemática ao longo do tempo. De fato, no âmbito da construção do novo Estado, a agenda proposta pela Frelimo incluía não apenas o desmantelamento do sistema colonial, como também a construção de um sistema político e econômico altamente centralizado. Assim que a independência foi formalizada, a Frelimo nacionalizou as terras e, um mês depois, os setores sociais do direito, da medicina, da educação e dos serviços funerários.²⁵ Diante do êxodo massivo da população branca, que resultou no abandono de praticamente todas as empresas existentes e na perda da maioria dos trabalhadores qualificados e semiquualificados, a Frelimo optou por confiscar os negócios abandonados, iniciando um processo de intervenção estatal. Esse processo, entretanto, não conseguiu estancar a enorme crise econômica que se seguiu, agravada, ademais, por calamidades naturais e pelos efeitos da aplicação de sanções pelo país contra a Rodésia do Sul, um de seus principais parceiros comerciais, à época sob um regime branco segregacionista.

Nesse contexto, a resposta da Frelimo foi no sentido de radicalizar ainda mais a agenda política e econômica, apresentando, a partir do Terceiro Congresso do Partido, em 1977, uma guinada para uma orientação marxista-leninista. Na prática, isso significou um forte compromisso com o combate ao imperialismo, inclusive internamente, por meio do enfrentamento à burguesia colonial, à pequena e média burguesia interna, bem como a “elementos marginais das classes trabalhadoras, corrompidos pelo processo e pelos crimes da guerra colonial”.²⁶

²⁴ MACHAVA, Benedito, “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 106 | 2015, <http://journals.openedition.org/rccs/5876>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5876>.

²⁵ HALL & YOUNG, 1997.

²⁶ FRELIMO. “Guidelines for a People’s Democracy.” Documento preparado para o 3º Congresso do Movimento de Libertação de Moçambique, fevereiro de 1977. Acesso em 4 de fevereiro de 2014.



Ao mesmo tempo, mantendo a ambivalência subjacente a essa agenda, ao lado dessas medidas centralizadoras o partido investiu em medidas voltadas para o angariamento de uma base popular. Aqui, o papel das organizações democráticas de massas, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e os Conselhos de Produção foi essencial. De um lado, fomentando a dimensão popular e inclusiva, essas organizações criaram espaços de diálogo e reflexão; de outro lado, e de forma mais fundamental, funcionaram como instrumentos para permitir a penetração progressiva da ideologia do partido entre as massas, o que resultou no chamado “centralismo democrático”, ou seja, a fusão entre partido e Estado a partir dessa penetração na base.²⁷

Devido à sua natureza, a agenda de política econômica adotada pela Frelimo também contribuiu para o acirramento do controle social e supressão de liberdades. Um dos pilares dessa agenda foi o investimento maciço nas fazendas estatais, que levou ao estabelecimento das chamadas aldeias comunais, muitas das quais criadas a partir de mecanismos de coerção e deslocamento forçado.²⁸ Esses processos e seus reflexos sociais refletiram o abismo existente entre a ideologia da Frelimo e os valores do cotidiano dos moçambicanos da zona rural, contribuindo, no futuro, para o aumento de apoio popular à Resistência Nacional de Moçambique (Renamo).²⁹

As origens da Renamo remontam a 1974, ainda antes do golpe em Portugal, quando foi firmado um acordo entre a Organização Central de Inteligência da Rodésia e os portugueses. A ideia era que fosse uma coluna destinada a espionar os guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), baseados em Moçambique.³⁰ Posteriormente, suas funções foram ampliadas para incluir a

<http://www.politicsweb.co.za/politicsweb/view/politicsweb/en/page71656?oid=484321andsn=Detailandpid=71656>.

²⁷ CAHEN, Michel. *La révolution implosée: études sur 12 ans d'indépendance (1975–1987)*. Paris: L'Harmattan, 1987. p. 137–167; ABRAHAMSSON & NILSSON, 1995.

²⁸ HANLON, Joseph. *Mozambique: The Revolution under Fire*. 4ª edição. Londres e Nova Jérsei: Zed Books, [1984] 1990; ABRAHAMSSON & NILSSON, 1995.

²⁹ GEFFRAY, Christian. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Tradução: Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

³⁰ FINNEGAN, William. *A complicated war: the harrowing of Mozambique*. Berkeley: University of California Press, 1992.



destruição de infraestrutura, com o objetivo de dissuadir a Frelimo de apoiar os guerrilheiros. Sua composição incluía membros das unidades negras de elite das forças coloniais portuguesas, que fugiram de Moçambique antes ou imediatamente após a independência e integrantes dos Flechas, unidade de contrainsurgência criada por Portugal para combater a Frelimo e controlada pela inteligência rodesiana.³¹ Mais tarde se juntaram prisioneiros libertados de campos de reeducação moçambicanos, inclusive ex-militares de baixa ou média patente das Forças Populares de Libertação de Moçambique.³²

É devido a essas origens da Renamo e suas ligações com a Rodésia do Sul e, mais tarde, com o regime do apartheid na África do Sul, que a guerra de 1976-1992 é caracterizada por alguns como uma guerra *proxy*, ou de desestabilização conduzida por agentes externos.³³ O desenrolar da guerra, entretanto, não pode ser compreendido apenas pelas dimensões externas. Como vários autores destacam, com o tempo, a euforia da independência foi substituída por descontentamento perante as políticas da Frelimo, em especial no caso da população rural, que não se sentia devidamente contemplada.³⁴ Ao mesmo tempo, a Renamo foi conquistando espaço ao apelar justamente à tradição e fortalecendo seus laços com régulos e curandeiros, ou seja, reconhecendo a dimensão identitária³⁵ que a Frelimo rejeitava como ‘obscurantismo’. Em outras palavras, as dinâmicas de exclusão derivadas da agenda política da Frelimo contribuíram, em alguma medida, para algum apoio popular à Renamo e, assim, ao prolongamento da guerra e à sua caracterização como uma “guerra pela democracia”.

³¹ HALL & YOUNG, 1997; ABRAHAMSSON & NILSSON, 1995.

³² MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel; ROSÁRIO, Domingos Manuel (Eds.). *The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. NED-New edition. Boydell & Brewer, 2018.

³³ HANLON, Joseph. *Who Call the Shots?* Bloomington: Indiana University Press, 1991; ABRAHAMSSON & NILSSON, 1995.

³⁴ CAHEN, 1987; GEFFRAY, 1991; CHINGONO, Mark F. *The state, violence and development: the political economy of war in Mozambique, 1975-1992*. Aldershot; Brookfield: Ashgate, 1996; MORIER-GENOUD, Éric; CAHEN, Michel; ROSÁRIO, Domingos M. do (eds.). *The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. Woodbridge, Suffolk: James Currey, an imprint of Boydell & Brewer Ltd., 2018.

³⁵ FINNEGAN, 1992.



Nesse contexto, a paz foi apenas possível a partir do desgaste mútuo e da situação de impasse, após 16 anos. O fim da Guerra Fria e dos apoios externos às partes beligerantes deixou tanto a Frelimo quanto a Renamo sem recursos para sustentar a guerra, forçando, assim, a via da negociação.³⁶ O processo que levou à assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 foi longo e impulsionado por agentes mediadores, especialmente a Comunidade de Sant'Egídio, que trabalharam com afincio para tentar construir a confiança entre os respectivos líderes da Frelimo (à época o presidente Joaquim Chissano) e da Renamo (Afonso Dhlakama).

Um dos grandes desafios nesse processo foi a dimensão do reconhecimento mútuo, um passo basilar para qualquer processo de inclusão política. A Frelimo, que governava o país de forma unipartidária desde a independência, não estava disposta a reconhecer a Renamo como parte igualitária; pelo contrário, a narrativa construída e reiterada ao longo dos anos era da Renamo como “bandidos armados”. Ao mesmo tempo, a Renamo contestava a legitimidade e representatividade do governo da Frelimo, ressaltando seu papel como força democratizadora.³⁷ Nesse cenário, a alteração da Constituição pelo governo da Frelimo em 1990, introduzindo o multipartidarismo, foi uma clara tentativa de mudar as dinâmicas de negociação, retirando da Renamo a sua grande bandeira e reduzindo seu poder de barganha.³⁸ Isso, no entanto, não mudou as grandes narrativas que moldaram a dinâmica política em Moçambique depois dos acordos de paz: de um lado a Frelimo mantendo sua imagem como força central da luta de libertação e única representante legítima do povo moçambicano e, de outro, a Renamo assumindo o papel daqueles que lutaram pela democracia e pela inclusão política, inclusão essa, que, em última instância, veio pelas armas.

³⁶ HUME, Cameron. *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1994; ALDEN, Chris. *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building*. Londres; Nova York: Palgrave, 2001.

³⁷ HUME, 1994.

³⁸ NHAMIRRE, Borges J.F. "Rigging by the state apparatus: systemic electoral fraud in Mozambique jeopardizes the credibility of democracy and creates room for political violence." *Frontiers in Political Science*, 7:1479440. doi: 10.3389/fpos.2025.1479440, 2025.



Apesar desses desafios no âmbito da inclusão política, também há que se reconhecer que leis importantes foram aprovadas neste período abrindo espaço para o exercício de liberdades civis e políticas, nomeadamente a Lei das Associações, que dá base ao trabalho de Organizações da Sociedade Civil, a Lei de Imprensa, que deu espaço à emergência e ao exercício da mídia independente, e a Lei dos partidos políticos, permitindo a criação de partidos para além dos dois antigos beligerantes. Não obstante a previsão desses direitos fundamentais na Constituição de 1990, a sua regulamentação em leis ordinárias permitiu o amplo exercício dos direitos pelos cidadãos. Até a atualidade, a sociedade civil organizada, os partidos políticos e a mídia são regulados pelas leis aprovadas nesse período e consideradas das mais avançadas da região da África subsaariana.³⁹

1992-2012: Experimentação democrática e a esperança da inclusão sem armas

Um importante ponto de viragem na história do país, o ano de 1992 pode ser visto como aquele que encapsulou muitos dos contrastes vividos até então, assim como daqueles que ainda estavam por vir. De um lado, um historial de dor, violência e destruição, e, de outro, uma esperança que se desdobrava em uma quase euforia de que as tão almejadas liberdade, inclusão e paz fossem finalmente vivenciadas por todos. O retrato desenhado por especialistas era de Moçambique como “o mais pobre, o mais faminto, o mais endividado [e] o mais dependente de ajuda do mundo”.⁴⁰ Em dissonância com essa dura realidade material e em representação do “sonho de um dia”, ao ser entrevistado sobre a cimeira que decorria em Roma, um operário da região de Maputo expressa sua esperança no futuro ao fazer referência à chuva fina que caía durante o primeiro encontro entre Chissano e Dhlakama e como a mesma “limpara as armas do sangue para não mais matarem”.⁴¹

³⁹ CIVICUS. (2024). *Civic space in Mozambique*. CIVICUS Monitor. <https://monitor.civicus.org/country/mozambique/>; REPORTERS WITHOUT BORDERS. *World Press Freedom Index 2024 – Mozambique*. 2024. Disponível em: <https://rsf.org/en/country/mozambique>.

⁴⁰ HANLON, 1991, p. 1.

⁴¹ LIMA, Fernando. "Sonho de um dia." In *A Semana na África*, sábado, 3 de agosto de 1992, número 50. Disponível em:



Foram necessárias doze rondas de negociações por mais de dois anos para que o Acordo Geral de Paz entre Frelimo e Renamo fosse finalmente assinado no dia 04 de outubro de 1992 em Roma. Central para nossa análise, o AGP encerrava em si um plano para eleições democráticas, a criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) – composta igualmente por ex-combatentes da Frelimo e da Renamo – e o financiamento da desmobilização e reintegração dos ex-combatentes de ambos os partidos (S/24635: Protocolo III, IV). Em outras palavras, o AGP previa, em termos específicos, a inclusão da Renamo nas esferas política e militar, e em termos mais alargados, a criação de mecanismos institucionais com o fim de proporcionar uma materialização de dinâmicas mais inclusivas e democráticas para a sociedade moçambicana em geral.

Assim, em cumprimento ao AGP, a Renamo renunciou ao seu estatuto de movimento guerrilheiro e tornou-se um partido político com os direitos e obrigações estabelecidos por lei.⁴² Entre esses direitos, o AGP estipulava que “devem ser fornecidas garantias específicas [aos partidos políticos] no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação social, fontes de financiamento público e instalações públicas, de acordo com o princípio da não discriminação [...]”.⁴³ Em termos concretos, esses direitos perfizeram a porta de entrada para a integração da Renamo no sistema político moçambicano, lançando as bases para o acesso à representação política no país. Não restringindo-se unicamente à Renamo, o AGP também estabelecia os “critérios e disposições para a formação e reconhecimento de partidos políticos”⁴⁴, naquilo que significava o fim de uma era de unipartidarismo no país. Além disso, estabelecia-se a criação de uma Comissão Nacional de Eleições pelo governo, a qual deveria ser “composta por indivíduos cujas qualidades profissionais e pessoais ofereçam garantias de equilíbrio, objetividade e independência em relação a todos os

https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/semana/19920815_semana_na_africa_050.pdf. Acesso em 20 de junho de 2025.

⁴² MOÇAMBIQUE. General Peace Agreement for Mozambique (S/24635). 4 out. 1992. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/mz921004mozambiquegeneralpeaceagreement.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025, p. 11.

⁴³ MOÇAMBIQUE, 1992, p. 9.

⁴⁴ MOÇAMBIQUE, 1992, p. 8.



partidos políticos”.⁴⁵ Antes de detalharmos em que medida estas disposições foram ou não cumpridas ao longo dos anos, enumeramos algumas notas adicionais sobre a questão militar e de segurança.

Na tentativa de regular os termos em que o poder militar entre Frelimo e Renamo seria partilhado, os Acordos de Roma estipulavam que as FADM “ser[iam] apartidárias, de carreira, profissionalmente treinadas e competentes; ser[iam] compostas exclusivamente por cidadãos moçambicanos voluntários, provenientes das forças de ambas as Partes”.⁴⁶ Neste sentido, o plano era criar uma força militar composta por 30.000 elementos – 24.000 soldados do exército, 4.000 da força aérea e 2.000 da marinha⁴⁷ a partir dos número total de desmobilizados de guerra. Fazendo o paralelo com a questão democrática, a inclusão militar da Renamo deveria ser garantida pela presença conjunta e equivalente de ambas as partes na composição das FADM, conforme estipulado no GPA.⁴⁸ Tal disposição também funcionava como uma garantia para a Frelimo de que seus membros continuariam a ocupar cargos nas forças armadas do país.

A pergunta que nos cabe é: em que medida essa experimentação democrática e a esperança da inclusão sem armas foram cumpridas ao longo dos anos que se seguiram à assinatura do AGP? Um novo recuo ao ano de 1994, permite observar que nem a Frelimo nem a Renamo tinham um caminho fácil por trilhar. À data das primeiras eleições multipartidárias, a Frelimo exercia o poder há quase 20 anos e adotar uma política verdadeiramente democrática significaria renunciar ao seu monopólio de poder. Por sua vez, da Renamo era exigido um esforço para tornar-se uma organização política sustentável em tempos de paz, o que envolveria o desmantelamento de sua estrutura militar e a transformação de seus principais líderes militares em políticos democraticamente alinhados.⁴⁹

⁴⁵ MOÇAMBIQUE, 1992, p. 14.

⁴⁶ MOÇAMBIQUE, 1992, p. 19.

⁴⁷ MOÇAMBIQUE, 1992, p. 20.

⁴⁸ MOÇAMBIQUE, 1992, p. 20.

⁴⁹ MANNING, Carrie. "Revolutionaries to Politicians: The Case of Mozambique." In *From Revolutionary Movements to Political Parties*, edited by K. Deonandan, D. Close, e G. Prevost, 123–145. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007. https://doi.org/10.1057/9780230609778_9, p. 182.



Dentre as tarefas incumbidas à Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) estavam o apoio às realizações das eleições nacionais e a ajuda com o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos envolvidos na guerra. Apesar dos atrasos e complicações em ambos os processos, nos olhos da comunidade internacional, nomeadamente ONU e comunidade de doadores, as eleições foram vistas com grande otimismo: quando as pessoas cansadas da guerra votaram pela paz. De forma similar e principalmente em comparação com o caso angolano, o processo de DDR moçambicano, ainda que com muitos percalços, foi considerado um grande sucesso.⁵⁰

No entanto, exemplos ao longo dos anos, se não contrariam completamente tais expectativas, dão pistas de que forma foram insuficientes. Em 1994, Joaquim Chissano, candidato da Frelimo, venceu as eleições presidenciais com 53,6% dos votos, enquanto Afonso Dhlakama, candidato da Renamo, recebeu 33,9% dos votos. Observadores internacionais declararam o processo livre e justo e, apesar de alguma relutância por parte da oposição, os resultados foram aceitos. Em 1999, no entanto, Chissano foi considerado novamente o vencedor, mas desta vez por uma margem estreita, num processo eleitoral em que o número de votos inválidos foi maior do que a diferença que separava os votos válidos de Chissano dos de Dhlakama. A Renamo contestou tais resultados assim como os de todas as eleições presidenciais que se seguiram, nomeadamente as do período em análise (2004, 2009) e as posteriores (2014, 2019 e 2024).

As explicações sobre o desempenho negativo da Renamo vão desde às más práticas durante os processos eleitorais até a própria performance da Renamo e a liderança personalista de Dhlakama.⁵¹ Chamamos, porém, particular atenção para

⁵⁰ McMULLIN, Jeremy. "Reintegration of Combatants: Were the Right Lessons Learned in Mozambique?" *International Peacekeeping* 11, no. 4 (2004): 625–643.

⁵¹ Ver discussão, por exemplo, em HANLON, Joseph. 2024. "25 years of electoral fraud, protected by secrecy." *Centro de Integridade Pública (CIP)*. <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2024/02/25-years-of-electoral-fraud.pdf>; MASCHIETTO, Roberta Holanda. Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique. *CEBRI-Revista* 2 (6), 2023: 155-175. <https://cebri.org/revista/br/artigo/94/os-desafios-e-a-resiliencia-da-democracia-em-mocambique> e NHAMIRRE, 2025.



questões que vão além do dueto Frelimo-Renamo, denotando dinâmicas excludentes de uma forma mais generalizada e com implicações diretas tanto na experimentação democrática como na retomada do conflito armado. A composição da CNE é neste caso um exemplo típico. Pelo menos duas observações a esse respeito são importantes. Primeiro, independentemente das modificações sofridas ao longo dos anos, poder-se-ia argumentar que a composição da CNE por elementos partidários contraria não só as determinações do AGP acima descritas, como também fere diretamente a experimentação democrática uma vez que põe em causa sua imparcialidade e sua independência. Segundo, essa falta de independência e de imparcialidade beneficiou em especial a Frelimo devido ao seu domínio das instituições estatais ao longo dos anos.

Em 2009, essa problemática foi experimentada com clareza. Conforme a legislação vigente na época (Lei 8/2007), a CNE era composta por doze membros, nomeados de acordo com a representação partidária na Assembleia da República, com cada partido designando representantes proporcionalmente ao seu número de assentos, e a presidência da CNE definida por indicação do Presidente de Moçambique. Entretanto, a Frelimo reformulou a lei para incorporar membros da sociedade civil, reduzindo a representação dos partidos políticos na CNE para cinco membros: três da Frelimo e dois da Renamo, enquanto os outros oito seriam da sociedade civil. Especialistas na questão eleitoral no país sugerem que o processo de seleção dos membros da CNE foi enviesado e não transparente, favorecendo a Frelimo que acabou por controlar a maioria dos membros da comissão provenientes da sociedade civil.⁵² Neste contexto, decisões controversas da CNE prejudicaram a competição política e restringiram o acesso da oposição, exemplificado pela exclusão do MDM, à época um partido de oposição novo, da disputa na maioria dos círculos eleitorais.⁵³ Ademais, a implementação dessas novas leis eleitorais pela Frelimo foi

⁵² MANNING, Carrie. "Mozambique's Slide into One-Party Rule." *Journal of Democracy* 21, no. 2 (2010): 151-165; MANNING, Carrie, e Monica MALBRIGH. "The Changing Dynamics of Foreign Aid and Democracy in Mozambique." *United Nations University Working Paper* 2012/18.

⁵³ MANING & MALBROUGH, 2012.



caracterizada como uma das causas que levaram à retomada do conflito armado em 2012.⁵⁴

Devido à manipulação das eleições, a oposição perdeu a real possibilidade de conquistar o poder através de voto, reduzindo significativamente a representação desta no Parlamento e consequentemente nos demais órgãos de poder cuja composição é por representação proporcional. São os casos do Conselho Constitucional (que exerce as funções de Tribunal Constitucional) e da CNE (na atual composição introduzida em 2013), cujos membros (a maioria) são indicados pelos partidos políticos com base na sua representação parlamentar.

De 1999 a 2009, a Renamo viu a sua representação parlamentar cair 56%, decrescendo de 117 para 51 assentos na Assembleia da República, respectivamente. Esta queda teve impacto muito negativo para a Renamo, não somente em termos de representação política, mas também em termos de ganhos financeiros. Em Moçambique, os assentos parlamentares significam diretamente ganhos monetários para os partidos políticos, pois recebem transferências monetárias direta do Estado em compensação pela sua representação parlamentar. Portanto, mais assentos parlamentares significam mais dinheiro para os partidos políticos. Os assentos parlamentares significam também emprego para as elites partidárias, que são eleitas deputados. Perder 56% de assentos parlamentares num período de 10 anos foi uma asfixia para a Renamo e para suas elites, o que também contribuiu significativamente para o ressurgimento do conflito armado⁵⁵.

O pior resultado eleitoral da Renamo na era de Afonso Dhlakama foi precisamente em 2009, quando o partido conseguiu apenas 51 assentos do total de 250 lugares no Parlamento moçambicano (o pior resultado de sempre foi nas eleições de 2024, em que a Renamo obteve apenas 25 assentos). Isso levou a que as elites políticas da Renamo, na sua maioria com passado militar, exercessem pressão sobre

⁵⁴ ROSÁRIO, Domingos M., e Egídio GUAMBE. “Fortemente dominado por lógicas partidárias e clientelistas. Por um modelo alternativo e funcional de gestão eleitoral em Moçambique.” *EISA Policy Brief* no. 3, 4 de maio de 2020. <https://www.eisa.org/publications/policy-briefs/>.

⁵⁵ NHAMIRRE, 2025.



Dhlakama para dar uma resposta mais robusta para travar e reverter a queda livre do partido.

No concernente à questão militar e de segurança, a expressão “o calar das armas” tornou-se corrente para caracterizar a pacificação vivida ao longo dos quase vinte anos pós-AGP. Novamente, em termos comparativos, o processo de DDR foi visto como o mais abrangente até então implementado e, neste sentido, considerado um sucesso. O olhar privilegiado do presente, no entanto, nos permite enumerar alguns elementos que já davam sinais claros de que muitos dos males não tinham necessariamente sido cortados pela raiz. Um exemplo bastante ilustrativo foi a composição final das FADM. Como indicado acima, de acordo com o AGP, a nova força de defesa e segurança deveria ter sido composta por um número igual de ex-combatentes da Frelimo e da Renamo, o que não se realizou. De fato, dados oficiais apontam para um número aproximadamente três vezes superior de elementos da Frelimo em relação aos da Renamo – 8.533 e 3.662, respectivamente.⁵⁶ As consequências dessa composição não são apenas simbólicas, mas também práticas. Mais ex-combatentes da Frelimo tinham uma fonte de sustento em um país devastado economicamente, ocupavam cargos de maior relevância dentro da corporação e, a longo prazo, tinham maior capacidade de garantir tanto a permanência como a entrada de membros simpatizantes da Frelimo na instituição. A dinâmica contrária também se mostrou verdadeira com o passar do tempo; ou seja, principalmente durante o governo de Armando Guebuza, a destituição de ex-membros da Renamo de cargos superiores nas FADM chamou a atenção para dinâmicas excludentes que foram tornando-se cada vez mais evidentes ao longo dos anos.⁵⁷

Ademais, a desmobilização incompleta da Renamo e a não atribuição do direito de pensão para seus ex-combatentes por parte do governo são também elementos reconhecidamente problemáticos da inclusão parcial da Renamo na esfera militar. Por um lado, a criação de uma guarda pessoal por parte da Renamo a fim de proteger seu

⁵⁶ VINES, Alex. “Renamo’s Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique.” *International Peacekeeping* 20, no. 3 (2013): 375–393.

⁵⁷ WEIMER, Bernhard, and Natália BUENO. “Paz e reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajetória.” Em *Desafios para Moçambique 2020*, editado por Salvador Forquilha, 65–95. Maputo: IESE, 2020. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/Desafios-2020_online.pdf.



líder já dava sinais claros da aura de desconfiança que pairava sob os antigos beligerantes à época do AGP, mas acabou por ser aceita por estar alegadamente em conformidade com este acordo. Passados vinte anos, no entanto, o seu não desmantelamento era evidentemente problemático não só porque demonstrava que tal desconfiança nunca havia sido superada, mas também porque dava sinais claros de que o recurso às armas ainda era uma opção.

Ainda, é importante ressaltar que apesar de muito elogiado à época, o processo de DDR implementado não privilegiou uma estratégia de reintegração sustentável a longo prazo. Como alguns estudos sugerem, foi simplesmente suficiente para pagar os combatentes e dispersá-los por um certo tempo.⁵⁸ Em termos concretos, ao contrário daqueles que haviam lutado do lado do governo, os soldados da Renamo foram excluídos desta cobertura com base no fato de não terem subsídios de pensão deduzidos dos seus salários, sendo, assim, considerados inelegíveis para pensões.⁵⁹ Esta questão levanta outro sinal de alerta em termos de inclusão, ou melhor, de exclusão. Apesar de ao longo dos anos, a Renamo ter proposto a extensão das pensões aos seus ex-combatentes, tal pretensão foi sucessivamente negada pelo governo. Não surpreendeu, assim, que a falta de benefícios de pensão para os ex-soldados da Renamo tenha sido também incluída na lista das possíveis causas do retorno do conflito armado em 2012.

No âmbito do espaço público e da abertura democrática, esse período também foi marcado por desenvolvimentos importantes, refletindo a dimensão ambivalente entre abertura e controle.⁶⁰ O imediato pós-AGP e a presença internacional contribuíram para o aumento rápido do número de organizações da sociedade civil. Sua eficácia e capacidade de influência, entretanto, foi fortemente impactada por uma série de aspectos estruturais, sobretudo pela forte competição política entre a Frelimo

⁵⁸ MCMULLIN, 2004.

⁵⁹ BORGES COELHO, João Paulo. "Antigos Soldados, Novos Cidadãos: A Reintegração dos Desmobilizados de Maputo." *Estudos Moçambicanos* 20 (2002): 141-236; 2002; MCMULLIN, 2004; VINES, 2013.

⁶⁰ Ver discussão em MASCHIETTO, R.H. What Has Changed with Peace? Local Perceptions of Empowerment in Mozambique, *Journal of Peacebuilding and Development*, 10(2), 2015: 20-35; MASCHIETTO, 2016, p. 138-147.



e a Renamo. Um estudo de 2007, por exemplo, destacava que o medo de intimidação, retaliação e o desconforto emocional afetavam a percepção de liberdade que os indivíduos tinham para expressar suas opiniões.⁶¹ Isso era, ainda, agravado pelo fato dessas organizações não possuírem autonomia financeira, e de sua capacidade de funcionamento depender da boa vontade da burocracia governamental.

Um estudo com base em entrevistas conduzidas em 2012 reforça essa visão, além de destacar o papel da autocensura entre membros da sociedade civil organizada. De fato, ainda que alguns entrevistados reconhecessem o aumento formal da liberdade após o AGP, também reconheciam ainda estar sujeitos a restrições informais que frequentemente geravam medo e/ou cautela na disposição de criticar as políticas do governo (ou 'do partido') devido a retaliações; tendo tal sensação se fortalecido durante o governo Guebuza (2005-2014).⁶²

Em grande medida, essas preocupações se refletem na percepção da população. Pesquisas feitas pelo *Afrobarometer* no país mostram que entre 2002 e 2012, as percepções dos moçambicanos sobre a democracia passaram por uma mudança significativa. Primeiramente, o nível de satisfação com o sistema democrático deteriorou-se entre 2002 e 2012. Em 2002, 43% dos entrevistados estavam 'muito satisfeitos' ou 'razoavelmente satisfeitos' com a democracia. Esse percentual caiu para 35% em 2012, em contraste com expressivos 37% que se disseram 'pouco satisfeitos' e 17% 'nada satisfeitos'.⁶³

Isso refletiu em parte a visão da população sobre a própria democracia. Em 2005, a maioria dos entrevistados associava a democracia principalmente a liberdades civis e pessoais (33%) ou à paz (15%), enquanto poucos a relacionavam a eleições e

⁶¹ FRANCISCO, A., MUCAVELE, A., MONJANE, P. and SEUANE, S. *Mozambican Civil Society Within: Evaluation, Challenges, Opportunities and Action*. Civil Society Index, Mozambique. Foundation for Community Development, 2007. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/af/pub/CSI%20Moz%2007%20english_.pdf.

⁶² MASCHIETTO, 2015.

⁶³ AFROBAROMETER. *Afrobarometer Round 5 Survey in Mozambique, 2012*. Compiled by the Centre for Research on Governance and Development (CPGD), 2012. Disponível em: <http://www.afrobarometer.org/results/results-by-country-a-m/mozambique> [Acesso em 17 de março de 2014].



multipartidarismo (8%).⁶⁴ No entanto, em 2012, houve uma valorização expressiva do sistema multipartidário, com 60% dos entrevistados concordando que muitos partidos eram necessários para garantir escolhas reais sobre quem governa.⁶⁵ Além disso, quando solicitados a indicar a característica essencial da democracia, as respostas mais citadas passaram a enfatizar eleições livres, liberdade de expressão e oportunidades de emprego, refletindo tanto um aprendizado gradual sobre a prática democrática quanto uma insatisfação com os resultados materiais do período pós-guerra, mostrando que as eleições, por si só, não bastavam para atender às expectativas da população.

Ao mesmo tempo, a pesquisa do *Afrobarometer* também apontou que grande parte da população ainda via o governo como uma autoridade protetora (“O governo é como um pai. Deve decidir o que é bom para nós”), e não como uma entidade pública a serviço do cidadão e, portanto, sujeito a prestação de contas. Podemos analisar essa situação como parte resultante da história da formação do Estado, em especial do papel das organizações de massa e da própria narrativa da Frelimo. Hoje, como veremos adiante, tal visão assume contornos distintos, em especial a partir da geração mais jovem, que não se exime do enfrentamento político, ainda que a resposta seja muitas vezes violenta.

2012-2019: De volta à contestação armada

Apesar de duas décadas de “calar das armas”, as reivindicações que estiveram na emergência e alimentaram a guerra civil não foram resolvidas ao longo do período que separou o AGP e o reinício do conflito armado, sustentando a tese de que a paz e a reconciliação em Moçambique nunca foram efetivas.⁶⁶

⁶⁴ AFROBAROMETER. *Popular Attitudes toward Democracy in Mozambique: a Summary of Afrobarometer Indicators, 2002-2008*. Centre for Research on Governance and Development (CPGD), 2009. Disponível em: <http://www.afrobarometer.org/results/results-by-country-a-m/mozambique> [Acesso: 22 de junho de 2013].

⁶⁵ AFROBAROMETER, 2012.

⁶⁶ MASCHIETTO, 2016; BUENO, Natália. Reconciliation in Mozambique: Was It Ever Achieved? *Conflict, Security & Development* 19, n. 5 (2019): 427-452. <https://doi.org/10.1080/14678802.2019.1664872>. Para uma análise aprofundada sobre o processo de reconciliação em Moçambique, ver BUENO, Natália. *Reconciliation in Mozambique Operationalized: Charting Inclusion, Truth and Justice, 1992-2022*. Lanham: Lexington Books, 2025. Neste livro, a autora sugere como o uso reiterado da anistia geral ao longo dos



A introdução do sistema multipartidário através da Constituição de 1990 foi uma das principais reformas adotadas pela Frelimo que esvaziou as queixas que sustentaram a guerra civil movida pela Renamo, levando assim à assinatura do AGP em 1992. A partir de 1994, a designação do Chefe do Estado e dos deputados da Assembleia da República (o parlamento unicameral moçambicano) passou a ser através do voto direto e universal, mas a competição eleitoral não foi um meio efetivo de acesso igual ao poder. As eleições foram sendo manipuladas para impedir a oposição de ascender ao poder, enquanto o partido no poder, a Frelimo, se beneficiava dessas manipulações para se perpetuar no poder⁶⁷.

Por sua vez, a Renamo não tem confiança nas forças de policiais e de segurança do Estado, que são muito leais ao partido no poder⁶⁸. Sinal claro dessa desconfiança foi a manutenção da sua própria força paramilitar durante as duas décadas que sucederam ao AGP, composta pelos seus antigos guerrilheiros, com o principal argumento de que deveria garantir a segurança da sua própria liderança. No entanto, esses homens e mulheres não recebiam pensões do Estado. A Renamo conseguia pagar alguns subsídios aos seus antigos guerrilheiros, mas com a redução dos assentos parlamentares e, conseqüentemente, dos fundos que recebia, perdeu a capacidade financeira para continuar a pagar tais pensões, gerando ainda mais frustração e pressão à liderança do partido.⁶⁹

No contexto das eleições de 2009, Dhlakama, que até então residia na zona mais nobre da capital Maputo, foi forçado pelos membros do seu partido a abandonar o conforto da capital para se basear em Nampula, um dos bastiões do partido, onde

anos permitiu que a elite política moçambicana criasse um histórico de impunidade no país, e, em contrapartida, argumenta de que forma a implementação de outros mecanismos como uma comissão da verdade, por exemplo, poderia ter fomentado possíveis caminhos rumo à reconciliação.

⁶⁷ BRITO, Luis de. "Uma nota sobre o voto, abstenção e fraude em Moçambique." Discussion Paper No. 04/2008. Maputo: IESE, 2008. https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraud_e_em_Mocambique.pdf; HANLON, 2024.

⁶⁸ KYED, Helene Maria. *The predicament of Mozambique's police force: Ensnared in the political embrace of the Frelimo state*. Copenhagen: Danish Institute for International Studies (DIIS), 24 nov. 2023. DIIS Comment. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/the-predicament-of-mozambiques-police-force>. Acesso em: 2 jul. 2025.

⁶⁹ Entrevista a antigo deputado da RENAMO e colaborador próximo de Afonso Dhlakama.



viria a viver cercado pelos antigos guerrilheiros do seu partido. Os resultados das eleições de 2009 pioraram a situação da Renamo e a questão do pagamento das pensões passou a ser um assunto central de conflito interno no partido. Em 2011, o parlamento aprovou uma legislação proposta pela Frelimo que previa pensões para veteranos da guerra civil, mas a demora nos pagamentos reacendeu sentimentos de discriminação entre os antigos guerrilheiros da Renamo, levando-os a mobilizar-se e a pressionar ainda mais a sua liderança⁷⁰.

Para além da crise política interna da Renamo, derivada de resultados eleitorais negativos e falta de pagamento de pensões aos antigos guerrilheiros, a falta de capacidade do Estado de resolução pacífica de conflito contribuiu significativamente para o ressurgimento do conflito. Quando os antigos guerrilheiros da Renamo se amotinaram em Nampula para pressionar Dhakalama a resolver os seus problemas relacionados às pensões, o Estado viu aquilo como ameaça e ao invés de buscar uma solução pacífica, optou pela violência usando as forças policiais. No dia 12 de março de 2012, contingentes da Polícia de Intervenção Rápida atacaram a sede da Renamo na cidade de Nampula, onde estavam abrigados dezenas de antigos guerrilheiros, levando à retirada imediata de Dhlakama da vida civil e ao seu retorno às bases militares em Gorongosa⁷¹. Em 21 de outubro de 2013, as Forças de Defesa e Segurança atacaram a base da Renamo de Santujira, em Gorongosa, onde estava abrigado Afonso Dhlakama, marcando, assim a retomada formal do conflito armado com a declaração do fim do AGP pela Renamo.

O ressurgimento do conflito armado em Moçambique após duas décadas de “calar das armas” pode ser explicado pela falta da reconciliação efetiva entre os antigos beligerantes da guerra civil, a qual se manifestou através das sucessivas fraudes eleitorais para impedir a Renamo de ascender ao poder, na falta de inclusão

⁷⁰ VINES, Alex. “Prospects for a Sustainable Elite Bargain in Mozambique: Third Time Lucky?” *Africa Programme Research Paper*. Chatham House, August 5, 2019. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/08-05-2019-SustainableMozambique.pdf>. ISBN 978-1-78413-353-5, p. 23.

⁷¹ CHICHAVA, Sérgio. “Entre a democracia eleitoral e a democracia de sufrágio: O que se esconde por detrás das ‘vitórias eleitorais’ da Frelimo?” In *Desafios para Moçambique 2014*, organizado por L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, 125–150. Maputo: IESE, 2014, p. 261.





dos antigos guerrilheiros da Renamo no sistema de pensão do Estado, e na predisposição de recorrer à violência como forma privilegiada para a resolução do conflito entre as partes.

A Renamo voltou a usar a força das armas para exigir reformas políticas. A partir de abril de 2013, antigos guerrilheiros da Renamo começaram a atacar alvos militares e civis na província de Sofala – terra natal de Afonso Dhlakama e bastião da Renamo – incluindo postos policiais e viaturas que transitavam pela única estrada pavimentada que liga o Norte e o Sul de Moçambique. Os ataques estavam concentrados numa área de cerca de 100 km no sul da província de Sofala, mas pouco tempo depois se expandiram para outros distritos e províncias da região centro.

Os ataques da Renamo não eram de grande escala nem tinham como objetivo destituir o governo como durante a guerra civil. Pelo contrário, o objetivo da Renamo ao retomar o conflito armado era contestar a governação da Frelimo, a qual excluía a Renamo de um efetivo acesso ao poder, forçando-a a reformas eleitorais, dentre outras, que permitissem uma real partilha do poder.⁷²

Ao mesmo tempo em que a ala militar da Renamo realizava ataques militares, seus deputados com assentos parlamentares buscavam aprovar leis e fiscalizar o governo e uma delegação da Renamo negociava acordos políticos com vistas a garantir reformas eleitorais que permitissem o acesso da Renamo ao poder. No entanto, a falta de entendimento entre as partes arrastou o conflito armado por mais de um ano (de abril de 2013 a setembro de 2014), resultando em cerca de 100 mortos e mais de três centenas de feridos, e em infraestruturas públicas e privadas destruídas.⁷³

Um acordo de cessação de hostilidades foi assinado no dia 5 de setembro de 2014 em Maputo entre os então presidente da República, Armando Guebuza, e líder da Renamo, Afonso Dhlakama. No seu comentário público após a assinatura do acordo, o líder da Renamo especificou que a causa do conflito armado estava assente na exclusão da Renamo dos benefícios trazidos pela democracia.

⁷² VINES, 2019, p. 11.

⁷³ Ibid.



Espero que com o acordo assinado se possa abrir o caminho para o fim do Estado de partido único. Depois de tantos anos de democracia, não há razão para que se mantenham desigualdades tão gritantes, longe de todos os benefícios da civilização moderna.⁷⁴

A assinatura do acordo de cessação de hostilidades permitiu a criação de um ambiente de relativa segurança para a realização das eleições presidenciais e parlamentares de 2014, nas quais a Renamo ampliou de 51 para 89 seus assentos na Assembleia da República, um aumento de 74,5% em relação às eleições anteriores. No entanto, a Renamo que havia ganhado maioria em 6 dos 11 círculos eleitorais nacionais, contestou os resultados e exigiu governar nas 6 províncias em que venceu as eleições (Nampula, Niassa, Tete, Zambézia, Sofala e Manica), através da nomeação de Conselho Executivo Provincial, uma espécie de governo provincial paralelo.

O objetivo da Renamo de governar as províncias onde obtivera maior número de votos era garantir o acesso aos recursos que eram controlados pela Frelimo enquanto partido no poder e, dessa forma, revitalizar o partido. A Renamo propôs reformas através de legislação ordinária e constitucional a fim de acomodar suas demandas, mas ambas as propostas foram rejeitadas pelo voto majoritário da Frelimo, levando assim à retomada do conflito armado.

A nova fase do conflito durou de maio de 2015 a dezembro de 2016, abrangendo 8 das 10 províncias de Moçambique (Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Inhambane, Gaza e Niassa). Foi, ainda, marcada pelo combate nas cidades através de assassinatos seletivos de quadros da Renamo e de seus apoiadores com vistas a forçar Dhlakama à assinatura de um novo acordo.⁷⁵

Muitas rondas de negociações foram realizadas, envolvendo mediadores nacionais e internacionais. Nestas negociações, a Renamo essencialmente exigia a despartidarização do Estado e a realização de eleições provinciais, acreditando que desta forma poderia conquistar o poder no nível local, uma vez que nas eleições anteriores vinha ganhando maioria nas províncias do centro e do norte de

⁷⁴ Afonso Dhlakama, em artigo: DEUTSCHE WELLE. "Paz em Moçambique." 21 de outubro de 2014. Acesso em 3 de julho de 2025.
<https://www.dw.com/pt-002/paz-em-moçambique/a-17904834>.

⁷⁵ VINES, 2019, p. 18.



Moçambique (com exceção de Cabo Delgado). Por sua vez, o governo da Frelimo exigia o cessar-fogo e o desarmamento da Renamo. O cessar-fogo foi alcançado em dezembro de 2016 com uma declaração unilateral de Afonso Dhlakama, sendo o mesmo prolongado de forma indefinida. As reformas legais exigidas pela Renamo efetivaram-se com a aprovação da Lei para a Eleição dos Governadores Provinciais em 2019. Tais reformas permitiram à assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo em agosto de 2019 (*Maputo Accord for Peace and National Reconciliation*), após a morte de Dhlakama em maio de 2018, por doença.

O acordo foi assinado pelo então Presidente Filipe Nyusi e o novo líder da Renamo, Ossufo Momade, renovando as esperanças de paz e reconciliação nacional em Moçambique. No entanto, o processo eleitoral ocorrido ainda durante o ano da assinatura do acordo mostrou a continuidade da manipulação das eleições de forma a impedir a oposição de alcançar o poder.⁷⁶

Pós-2019: novas dinâmicas de exclusão e repressão?

Mais uma vez, a assinatura de um acordo de paz trouxe alguma esperança de mudança em Moçambique. Em especial, o chamado Acordo de Maputo traz de forma direta o termo ‘reconciliação’ em seu título – Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, também conhecido como o acordo que “facilitou o fim de anos de conflito, procurando trazer a paz definitiva a Moçambique” – sugerindo que dessa vez não se tratava apenas da busca de acomodação política, mas de um processo verdadeiramente engajado de inclusão. Não obstante o título, tal como em 1992, a operacionalização da reconciliação ficou a desejar,⁷⁷ com o acordo limitando-se a um novo processo de DDR, à consequente definição das responsabilidades da Renamo neste tema e à incorporação do Memorando de Entendimento de agosto de 2018 que formalizara o

⁷⁶ HANLON, 2024.

⁷⁷ BUENO, Natália. *Reconciliation in Mozambique Operationalized: Charting Inclusion, Truth and Justice, 1992-2022*. Lanham: Lexington Books, 2025.



fim dos embates armados entre as partes.⁷⁸ Além disso, seguiu-se uma nova lei da anistia, aprovada pelo Parlamento pouco antes da assinatura do acordo.

Como ilustrado em um estudo de 2023, trazendo entrevistas de membros da sociedade civil e de desmobilizados da Renamo nesse segundo processo de DDR,⁷⁹ muito rapidamente as expectativas oriundas do acordo se esvaíram. Permanece a sensação de que muitas vozes continuam sem ser ouvidas e de que o desejo de reconciliação não passa de discurso.⁸⁰ Além disso, para além da ‘paz’ como ausência de conflito armado, fica claro o desejo por muito mais do que isso, especialmente inclusão econômica, além do desejo por maior liberdade de expressão.

Infelizmente, os acontecimentos recentes mostraram que, longe da reconciliação, Moçambique atingiu um novo patamar de conflito social. A culminação disso ocorreu logo após as últimas eleições gerais, em outubro de 2024. Na ocasião, a CNE declarou Daniel Chapo, candidato da Frelimo vencedor com 70,67% dos votos, enquanto Venâncio Mondlane, conhecido como VM7 e apoiado pelo Podemos (Povo Otimista para o Desenvolvimento de Moçambique), ficou em segundo com 20,32%.⁸¹ Os resultados foram contestados tanto pelos partidos da oposição quanto por observadores locais e internacionais, como a Plataforma de Observação Eleitoral Mais Integridade e a Missão da União Europeia, que relataram inúmeras irregularidades. Em resposta, o Conselho Constitucional “ajustou os resultados”, reduzindo os votos de Chapo para 65% e elevando os de Mondlane para 24%, decisão vista como evidência de fraude por analistas. Na sequência, Mondlane liderou amplas manifestações populares que foram, no entanto, repreendidas com grande violência pela polícia.

A despeito dos protestos, Chapo tomou posse em 15 de janeiro, ao mesmo tempo em que Mondlane se autoproclamava presidente nas ruas. A resposta foi brutal, com vídeos mostrando policiais atirando em pessoas, atropelamento de civis

⁷⁸ WEIMER, 2020; MASCHIETTO, R. H.; BUENO, N.; STRINGER, S. Reflexões sobre o processo de reconciliação em Moçambique. In: FIOROTTI, Silas; ALFIERI, Noemi; MIGUEL, Oliveira Adão; NASCIMENTO, Washington (orgs.). *História & Política em Contextos Africanos*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. p. 249-286.

⁷⁹ MASCHIETTO, BUENO & STRINGER, 2023.

⁸⁰ BUENO, 2025.

⁸¹ CNE, 2024.



por veículos militares, dentre tantas outras violações reportadas por entidades como Anistia Internacional, *Human Rights Watch* e a plataforma DECIDE, que monitorava os acontecimentos e contabilizou mais de 300 mortes, mais de 4000 detenções ilegais além de pelo menos 3000 feridos.⁸²

No momento da escrita desse artigo, discursos voltados à inclusão não faltam, inclusive pelo presidente Chapo. Entretanto, as perspectivas estão longe do otimismo que marcou os primeiros anos pós-AGP em 1992. De fato, a crise atual reflete o acesso limitado ao poder para quem não pertence à Frelimo e que, como vimos, se arrasta desde a independência do país. Há, entretanto, elementos novos que tornam o cenário ainda mais instável.

Primeiramente, o conflito já não envolve os dois históricos atores (Frelimo e Renamo). Ao contrário, a Renamo tem se fragilizado nos últimos anos. Apesar dos primeiros sinais de fragmentação da Renamo terem se revelado ainda no início dos anos 2000 com o afastamento de Raúl Domingos, considerado na época o número dois do partido, a saída de David Simango e a formação do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) em 2009 renovaram esses sinais. A situação do partido piorou ainda mais após a morte de Dhlakama em 2018. Foi neste contexto que Ossufo Momade assumiu a liderança da Renamo depois de um processo muito disputado com Elias Dhlakama (irmão de Afonso Dhlakama) e que teve como resultado uma aceitação longe de consensual. Na sequência, Mariano Nhongo, ex-líder militar da Renamo, formou uma Junta Militar dissidente, alegando que Momade não representava os interesses do partido, e rejeitou o acordo de paz de 2019. Demandando novas negociações, a Junta realizou ataques até 2021, quando Nhongo foi morto em um confronto com forças governamentais. Apesar do fim da cisão, a popularidade da Renamo caiu e a liderança de Momade ainda enfrenta fortes críticas com recentes demonstrações de apoiadores da Renamo exigindo sua saída.⁸³

⁸² DECIDE. "Preliminary Report on the Post-Electoral Context in Mozambique." Disponível em: <https://pdecide.org/blog/preliminary-report-on-the-post-electoral-context-in-mozambique-3-months>.

⁸³ DW, "Protestos contra líder da RENAMO espalham-se pelo país," disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/protestos-contra-l%C3%ADder-da-renamo-espalham-se-pelo-pa%C3%A7o/a-72342226>; [01 de junho 2025. Club of Mozambique, "Mozambique: Former Renamo guerrillas take over Ossufo Momade's office in Maputo, demand his resignation – Watch," disponível em:



O surgimento da popularidade de Mondlane se dá nesse contexto, suprimindo não só o vácuo deixado por Dhlakama em termos de popularidade e liderança da oposição, mas também como o representante de uma população essencialmente jovem e marginalizada. Mondlane iniciou sua trajetória política em 2013, filiando-se ao MDM. Após a morte de Dhlakama, Mondlane ingressou na Renamo e venceu as eleições municipais de 2023 na cidade de Maputo. Apesar das contagens paralelas indicarem uma maioria de aproximadamente 50% dos votos para Mondlane, os órgãos oficiais atribuíram os mesmos resultados à Frelimo. Nesse cenário, Mondlane se destacou como um dos principais líderes da Revolução Azul — uma série de protestos e manifestações com forte participação da juventude moçambicana, que adotaram o lema “Povo no Poder”, do falecido rapper Azagaia. Muitas dessas manifestações foram recebidas com repressão violenta por parte das forças de segurança do país, como as que seguiram as últimas eleições gerais de 2024. Na sequência, Mondlane deixou a Renamo após disputas internas com Momade e, diante da impossibilidade de concorrer às eleições presidenciais através do seu recém fundado partido, Coligação Aliança Democrática (CAD), acabou por concorrer às eleições com o apoio do Podemos (partido fundado em 2019 por dissidentes da Frelimo e hoje liderado por Albino Forquilha).

Apesar de não ser uma personagem política nova, há que se considerar como elemento favorável ao seu protagonismo esse cenário de enfraquecimento da Renamo e a crescente insatisfação popular com a Frelimo. Nesse contexto, um outro elemento é importante: a dimensão socioeconômica e sua relação com o contexto demográfico/geracional. Dados das últimas décadas mostram que de 1993 a 2019 (antes da pandemia da COVID-19), Moçambique cresceu em média 7.2% ao ano, o que garantiu, apesar de um crescimento não equitativo da renda populacional, a diminuição da taxa de pobreza de aproximadamente 68% da população em 1996 para

<https://clubofmozambique.com/news/mozambique-former-renamo-guerrillas-take-over-ossufo-mo-mades-office-in-maputo-demand-his-resignation-watch-283386/> [01 de junho 2025].



46% da população em 2014.⁸⁴ Na última década, no entanto, tal tendência foi revertida com um aumento significativo da pobreza. Dados recentes revelam que mais de metade da população vive hoje abaixo do limiar da pobreza. Em termos concretos, os 46% em 2014/2015 se transformaram em mais de 65% das pessoas que não conseguem adquirir produtos necessários para suas necessidades básicas.⁸⁵

Em consonância com a questão da pobreza, a variável demográfica/geracional torna-se potencialmente explosiva. De acordo com o PNUD, dois terços dos moçambicanos têm menos de 25 anos (aproximadamente 22 milhões de pessoas); ou seja, grande parte da população não tem memória da guerra e, neste sentido, já não necessariamente respondem aos antigos conflitos entre Renamo e Frelimo e menos ainda demonstram qualquer tipo de identificação com a narrativa celebratória da Frelimo como a grande libertadora do jugo colonial português. De uma forma mais ampla, pode-se dizer que para muitos dos jovens que colocaram suas vidas em risco nas últimas manifestações, não se trata apenas de uma rebelião social contra os poderes estabelecidos e a fraude eleitoral, mas de uma luta com a dimensão de uma luta de classes e geracional para depor o regime que os ignorou por demasiado tempo. À semelhança das “revoltas juvenis” noutros países africanos, como Quênia e Uganda,⁸⁶ o caso moçambicano mostra que os jovens e os seus interesses numa vida digna e com sentido não só têm sido sistematicamente ignorados, como também estão a sofrer os efeitos do aumento da dívida, do fracasso das políticas, dos encargos fiscais e da corrupção dos seus governos e das suas elites, que são vistos como “vândalos luxuosos” que se enriquecem e destroem o futuro de várias gerações⁸⁷.

⁸⁴ MONJANE, Celso e Anne PITCHER. “The Elusive Dream of Democracy, Security, and Well-Being in Mozambique.” *Current History* 1 May 2022; 121 (835): 177–183. <https://doi.org/10.1525/curh.2022.121.835.177>.

⁸⁵ HANLON, 2024.

⁸⁶ AMUNDSEN, Inge. Protests in Kenya and Uganda highlight corruption at the top - but political elites don't give in without a fight, *The Conversation*, 31 July 2024; PASHAYAN, Angela R. How debt and taxes conspired to rob Nairobi's slum-dwelling youth of the promise of a better life, *The Conversation*, 22 August 2024.

⁸⁷ CDD. Frelimo's luxurious fleet displayed in times of crisis. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Frelimos-luxurious-fleet-displayed-in-times-of-crisis.pdf> [01 de junho 2025].



Neste sentido, é válido argumentar que Mondlane não só recupera e fortalece substancialmente sua capacidade de mobilização popular, mas também surge como a própria personificação da exclusão política persistente no país.⁸⁸

Conclusão

Neste artigo olhamos de forma crítica para a jornada da construção do Estado de Moçambique ao longo dos seus cinquenta anos, analisando, em especial, os intrincados caminhos tomados em busca da democracia e da paz. Neste sentido, buscamos avaliar em que medida o ideal aspiracional de uma sociedade unificada, inclusiva e equitativa traduziu-se em realidade ou não. Nosso argumento é que dinâmicas de exclusão, expressas em diferentes formatos, constituem um traço estrutural e persistente na história moçambicana pós-independência. Ao mesmo tempo essas dinâmicas foram alimentadas e dirigidas de forma a consolidar a permanência da Frelimo no poder.

O período de 1975 a 1992 é caracterizado pela desafiadora construção de um novo Estado após uma longa luta de libertação. A guerra que segue o pós-independência compõe esse quadro marcando a disputa por legitimidade e pelo próprio desenho do Estado, no qual a Frelimo tenta sustentar um modelo de Estado de orientação socialista enquanto a Renamo se mostra como opção alternativa. Nesse período, embora a Frelimo tenha procurado unificar a nação sob uma bandeira de base popular e princípios igualitários, suas políticas acabaram por marginalizar, quando não eliminar, vozes dissidentes, limitando as oportunidades de participação popular. Nesta fase inicial, as sementes da futura exclusão foram semeadas, à medida em que o aparelho de Estado se tornava cada vez mais centralizado e o poder se concentrava nas mãos de uma pequena elite.

A assinatura do AGP em 1992 marcou uma transição fundamental para a democracia multipartidária, sinalizando um afastamento do regime de partido único que havia caracterizado as décadas anteriores. Durante os anos de 1992 a 2012,

⁸⁸ BUENO, Natália. The end of Mozambique's two-party system? *Africa Is A Country*, October 25, 2024. <https://africasacountry.com/2024/10/the-end-of-mozambiques-two-party-system>.



embora tenham sido feitos progressos no processo de construção da paz, nomeadamente nos âmbitos das esferas de poder política e militar, a dinâmica subjacente de exclusão provou ser notavelmente persistente. Em essência, embora as estruturas formais da democracia estivessem em vigor, as dinâmicas informais de poder continuaram a favorecer o partido no poder.

A fragilidade da paz e a persistência de queixas subjacentes tornaram-se dolorosamente evidentes no período de 2012 a 2019, quando Moçambique testemunhou o ressurgimento do conflito armado. A Renamo e seus apoiadores, alimentados por sentimentos de marginalização, fraude eleitoral e uma percebida falta de oportunidade econômica, destacaram as limitações do acordo de paz e o poder duradouro da política de exclusão. Este período serviu como um duro lembrete de que a democracia formal, sem inclusão genuína e partilha equitativa do poder, poderia facilmente desmoronar face a queixas profundamente enraizadas. Ficou claro que a integração de ex-combatentes, a distribuição de recursos e a inclusão genuína das vozes da oposição permaneceram desafios-chave.

O período após as eleições de 2019, e a subsequente assinatura do Acordo de Maputo, representa um novo capítulo na narrativa da construção do Estado de Moçambique. Apesar do compromisso declarado com a reconciliação nacional, há evidências crescentes de que novas dinâmicas de exclusão e repressão estão a tomar conta. As eleições contestadas de 2024, e os protestos generalizados que se seguiram, sublinham a fragilidade do processo democrático e as questões persistentes sobre a justiça e a transparência das eleições. A ascensão de novos atores políticos como Mondlane e a agitação popular que sua candidatura inspirou apontam para uma crescente insatisfação com a ordem política estabelecida e um anseio por formas alternativas de representação. No entanto, a resposta do governo a estes protestos, caracterizada pela repressão e pela falta de responsabilização, levanta questões preocupantes sobre o estado da democracia e dos direitos humanos em Moçambique.

Olhando para o futuro, o que pode ser feito para quebrar este ciclo persistente de exclusão e construir uma sociedade mais inclusiva e democrática em Moçambique? Deixamos algumas notas que julgamos essenciais ainda que não exaustivas. Um passo



crucial é implementar reformas eleitorais genuínas que garantam eleições livres, justas e transparentes, reduzindo o potencial de manipulação e aumentando a confiança pública no processo democrático. Essas reformas devem incluir o fortalecimento da independência e imparcialidade dos órgãos de gestão eleitoral, a promoção da educação eleitoral e a garantia de igual acesso à mídia para todos os partidos políticos.

A descentralização do poder oferece outra via promissora para promover a inclusão. Ao transferir o poder e os recursos do estado centralizado e capacitar as comunidades locais para participarem em processos de tomada de decisão que afetem suas vidas, Moçambique pode criar um governo mais responsivo e responsável que seja mais capaz de atender às diversas necessidades de sua população. Isso exige não apenas a delegação da autoridade administrativa, mas também o empoderamento das comunidades locais para gerir os seus próprios recursos, participar na governação local e responsabilizar os seus líderes.

A diversificação e a inclusão econômicas também são essenciais para criar uma sociedade mais inclusiva. Ao promover oportunidades econômicas para grupos marginalizados, investir em educação e desenvolvimento de competências e abordar as barreiras estruturais que perpetuam a desigualdade, Moçambique pode criar condições equitativas que permitam que todos os cidadãos participem plenamente na economia. Isso inclui promover o acesso ao crédito, à terra e a outros recursos para pequenos agricultores, empresários e empresas de propriedade de mulheres e comunidades marginalizadas.

Finalmente, fomentar o diálogo inclusivo e um continuado processo de reconciliação é essencial para superar o legado do conflito e construir um sentido de futuro partilhado por todos. Isso requer a criação de espaços para um diálogo aberto e honesto sobre o passado, desafiando as narrativas e dinâmicas de divisão e exclusão e promovendo, assim, uma genuína reconciliação entre os diferentes grupos políticos. Também significa promover a tolerância, o respeito pela diversidade e um compromisso em abordar as causas profundas da desigualdade e da injustiça que ainda assolam a sociedade moçambicana.



Referências bibliográficas

- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. Mozambique. The troubled transition. From socialist construction to free market capitalism. London/New Jersey: Zed Books, 1995.
- ALDEN, Chris. Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building. Londres; Nova York: Palgrave, 2001.
- AMUNDSEN, Inge. Protests in Kenya and Uganda highlight corruption at the top - but political elites don't give in without a fight, The Conversation, 31 July 2024; PASHAYAN, Angela R. How debt and taxes conspired to rob Nairobi's slum-dwelling youth of the promise of a better life, The Conversation, 22 August 2024.
- BELL, Christine; O'ROURKE, Catherine. The people's peace? Peace agreements, civil society, and participatory democracy. International Political Science Review, v. 28, n. 3, p. 293-324, 2007.
- BORGES COELHO, João Paulo. "Antigos Soldados, Novos Cidadãos: A Reintegração dos Desmobilizados de Maputo." Estudos Moçambicanos 20 (2002): 141-236; 2002.
- BORGES COELHO, João Paulo. "Politics and Contemporary History in Mozambique: A Set of Epistemological Notes." Kronos 39, n. 1 (2013): 10-19.
- BRITO, Luis de. "Uma nota sobre o voto, abstenção e fraude em Moçambique." Discussion Paper No. 04/2008. Maputo: IESE, 2008, https://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf;
- BUENO, Natália. Reconciliation in Mozambique: Was It Ever Achieved? Conflict, Security & Development 19, n. 5 (2019): 427-452. <https://doi.org/10.1080/14678802.2019.1664872>.
- BUENO, Natália. Different Mechanisms, Same Result: Remembering the Liberation War in Mozambique. Memory Studies 14, n. 5 (2021): 1018-34, <https://doi.org/10.1177/1750698021995993>;
- BUENO, Natália. The end of Mozambique's two-party system? Africa Is A Country, October 25, 2024. <https://africasacountry.com/2024/10/the-end-of-mozambiques-two-party-system>.
- BUENO, Natália. Reconciliation in Mozambique Operationalized: Charting Inclusion, Truth and Justice, 1992-2022. Lanham: Lexington Books, 2025.
- CABAÇO, José Luís. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP, 2009.
- CAHEN, Michel. La révolution implosée: études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987). Paris: L'Harmattan, 1987. p. 137-167.
- CDD. Frelimo's luxurious fleet displayed in times of crisis. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Frelimos-luxurious-fleet-displayed-in-times-of-crisis-.pdf> [01 de junho 2025].
- CHICHAVA, Sérgio. "Entre a democracia eleitoral e a democracia de sufrágio: O que se esconde por detrás das 'vitórias eleitorais' da Frelimo?" In Desafios para Moçambique 2014, organizado por L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, 125-150. Maputo: IESE, 2014, p. 261.
- CHINGONO, Mark F. The state, violence and development: the political economy of war in Mozambique, 1975-1992. Aldershot; Brookfield: Ashgate, 1996.
- CIVICUS. (2024). Civic space in Mozambique. CIVICUS Monitor. <https://monitor.civikus.org/country/mozambique/>; REPORTERS WITHOUT BORDERS. World Press Freedom Index 2024 - Mozambique. 2024. Disponível em: <https://rsf.org/en/country/mozambique>.
- DECIDE. "Preliminary Report on the Post-Electoral Context in Mozambique." Disponível em: <https://pdecide.org/blog/preliminary-report-on-the-post-electoral-context-in-mozambique-3-months>.
- Club of Mozambique, "Mozambique: Former Renamo guerrillas take over Ossufo Momade's office in Maputo, demand his resignation - Watch," disponível em <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-former-renamo-guerrillas-take-over-ossufo-momades-office-in-maputo-demand-his-resignation-watch-283386/> [01 de junho 2025].
- DW, "Protestos contra líder da RENAMO espalham-se pelo país," disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/protestos-contral%C3%ADder-da-renamo-espalham-se-pelo-pa%C3%ADs/a-72342226>; [01 de junho 2025].
- EGERÖ, B. Moçambique: os Primeiros Dez Anos da Construção da Democracia. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992.



- FINNEGAN, William. A complicated war: the harrowing of Mozambique. Berkeley: University of California Press, 1992.
- FRANCISCO, A., MUCAVELE, A., MONJANE, P. and SEUANE, S. Mozambican Civil Society Within: Evaluation, Challenges, Opportunities and Action. Civil Society Index, Mozambique. Foundation for Community Development, 2007. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/af/pub/CSI%20Moz%2007%20english_.pdf.
- FRELIMO. "Guidelines for a People's Democracy." Documento preparado para o 3º Congresso do Movimento de Libertação de Moçambique, fevereiro de 1977. Acesso em 4 de fevereiro de 2014. <http://www.politicsweb.co.za/politicsweb/view/politicsweb/en/page71656?oid=484321andsn=Detailandpid=71656>.
- GEFFRAY, Christian. A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Tradução: Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- HALL, Margaret; YOUNG, Tom. Confronting Leviathan: Mozambique since independence. London: Hurst and Company, 1997.
- HANLON, Joseph. 2024. "25 years of electoral fraud, protected by secrecy." Centro de Integridade Pública (CIP). <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2024/02/25-years-of-electoral-fraud.pdf>.
- HANLON, Joseph. Mozambique: The Revolution under Fire. 4ª edição. Londres e Nova Jérsei: Zed Books, [1984] 1990.
- HANLON, Joseph. Who Call the Shots? Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- HUME, Cameron. Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1994.
- ISAACMAN, Allen, e Barbara ISAACMAN. Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900–1982. Boulder: Westview Press; Aldershot: G. Gower, 1983.
- KOEHLER, Gabriele, et al., eds. The Politics of Social Inclusion: Bridging Knowledge and Policies towards Social Change. Paris: UNESCO; Bergen: CROP; Stuttgart: Ibidem Press, 2020.
- KYED, Helene Maria. The predicament of Mozambique's police force: Ensnared in the political embrace of the Frelimo state. Copenhagen: Danish Institute for International Studies (DIIS), 24 nov. 2023. DIIS Comment.
- Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/the-predicament-of-mozambiques-police-force>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- LIMA, Fernando. "Sonho de um dia." In A Semana na África, sábado, 3 de agosto de 1992, número 50. Disponível em: https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/semana/19920815_semana_na_africa_050.pdf. Acesso em 20 de junho de 2025.
- MACHAVA, Benedito, "Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique", Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 106 | 2015, <http://journals.openedition.org/rccs/5876>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5876>.
- MACHAVA, Benedito Luís. The Morality of Revolution: Reeducation Camps and the Politics of Punishment in Socialist Mozambique, 1968-1990. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2025.
- MANNING, Carrie, and Monica MALBRIGH. "The Changing Dynamics of Foreign Aid and Democracy in Mozambique." United Nations University Working Paper 2012/18.
- MANNING, Carrie. "Mozambique's Slide into One-Party Rule." Journal of Democracy 21, no. 2 (2010): 151–165.
- MANNING, Carrie. "Revolutionaries to Politicians: The Case of Mozambique." In From Revolutionary Movements to Political Parties, edited by K. Deonandan, D. Close, e G. Prevost, 123–145. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007. https://doi.org/10.1057/9780230609778_9, p. 182.
- MANNING, Carrie. The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992–2000. Westport: Praeger, 2002.
- MASCHIETTO, Roberta. H.; BUENO, Natália.; STRINGER, Samantha. Reflexões sobre o processo de reconciliação em Moçambique. In: FIOROTTI, Silas; ALFIERI, Noemi; MIGUEL, Oliveira Adão; NASCIMENTO, Washington (orgs.). História & Política em Contextos Africanos. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. p. 249-286.
- MASCHIETTO, Roberta H. Beyond Peacebuilding: The Challenges of Empowerment Promotion in Mozambique. Cham: Palgrave Macmillan, 2016.
- MASCHIETTO, Roberta H. What Has Changed with Peace? Local Perceptions of Empowerment in Mozambique, Journal of Peacebuilding and Development, 10(2), 2015: 20-35.
- MASCHIETTO, Roberta Holanda. Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique.



- CEBRI-Revista 2 (6), 2023: 155-175.
<https://cebri.org/revista/br/artigo/94/os-desafios-e-a-resiliencia-da-democracia-em-mocambique>.
- McMULLIN, Jeremy. "Reintegration of Combatants: Were the Right Lessons Learned in Mozambique?" *International Peacekeeping* 11, no. 4 (2004): 625-643.
- MOÇAMBIQUE, General Peace Agreement for Mozambique (S/24635). 4 out. 1992. Disponível em:
<https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/mz921004mozambiquegeneralpeaceagreement.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025, p. 11.
- MONJANE, Celso e Anne PITCHER. "The Elusive Dream of Democracy, Security, and Well-Being in Mozambique." *Current History* 1 May 2022; 121 (835): 177-183. doi:
<https://doi.org/10.1525/curh.2022.121.835.177>.
- MORIER-GENOUD, Eric. Mozambique since 1989: Shaping democracy after socialism. In: MUSTAPHA, A. R.; WHITFIELD, L. (orgs.). *Turning Points in African Democracy*. Suffolk: James Currey, 2009. p. 153-166.
- MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel; ROSÁRIO, Domingos Manuel (Eds.). *The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. NED-New edition. Boydell & Brewer, 2018.
- MUNSLOW, Barry. *Mozambique: The Revolution and Its Origins*. London; Nova York; Lagos: Longman, 1983.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Sintra: Publicações Europa-América, 1997.
- NHAMIRRE, Borges. "Rigging by the State Apparatus: Systemic Electoral Fraud in Mozambique Jeopardizes the Credibility of Democracy and Creates Room for Political Violence." *Frontiers in Political Science* :1479440. doi: 10.3389/fpos.2025.1479440.
- ROSÁRIO, Domingos M., e Egidio GUAMBE. "Fortemente dominado por lógicas partidárias e clientelistas. Por um modelo alternativo e funcional de gestão eleitoral em Moçambique." EISA Policy Brief no. 3, 4 de maio de 2020. <https://www.eisa.org/publications/policy-briefs/>.
- SØRENSEN, Georg. *Democracy and Democratization: Processes and Prospects in a Changing World*. 3rd ed. Boulder: Westview Press, 2008.
- VINES, Alex. "Prospects for a Sustainable Elite Bargain in Mozambique: Third Time Lucky?" *Africa Programme Research Paper*. Chatham House, August 5, 2019. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/08-05-2019-SustainableMozambique.pdf>. ISBN 978-1-78413-353-5, p. 23.
- VINES, Alex. "Renamo's Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique." *International Peacekeeping* 20, no. 3 (2013): 375-393.
- WEIMER, Bernhard (org.). *Moçambique: Descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados*. Maputo: IESE, 201.
- WEIMER, Bernhard, e Natália BUENO. "Paz e reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajetória." Em *Desafios para Moçambique 2020*, editado por Salvador Forquilha, 65-95. Maputo: IESE, 2020. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/Desafios-2020_online.pdf.
- WEIMER, Bernhard. *O "novo paradigma" da descentralização em Moçambique: Atualização da análise de economia política*. Maputo: Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação SDC, 2021.
- YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.



The Struggle Continues? Dynamics of Political Inclusion and Exclusion in Mozambique

Abstract: Over the past 50 years, Mozambique has experienced prolonged periods of war and fragile, unstable “silencing of arms”. In this context, it is crucial to reflect on the trajectories of state building in Mozambique, as well as on the evolution of democracy and peace over the past five decades. We revisit the country’s history by dividing it into four periods: 1975–1992, 1992–2012, 2012–2019 and post-2019. We analyze the extent to which “the struggle of all for all” has become a reality. This analysis is based on an extensive literature review, accumulated empirical research experience in the country and documentary sources, such as newspaper articles and official government and international organizations’ documents. The study suggests that the long process of state building in Mozambique has established and consolidated patterns of political exclusion, ensuring that the dominant party, Frelimo, retains power. Thus, it is argued that exclusion is a structural and persistent feature of Mozambique’s post-independence history.

Keywords: independence; Mozambique; democracy; inclusion; peace.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.